



ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CMMA	
Data: 30 de agosto de 2023	Horário: 09 h
Local: Auditório Rovani de Souza Dantas – Parque Natural Municipal dos Pássaros	
Pauta:	
1. Apresentação da Proposta de Projeto de Parcelamento de Solo para fins urbanos no imóvel rural denominado “Fazenda Itapebussus” - Processo nº31.265/2023 – ARLEY A. CARVALHO E FILHO LTDA (tempo: 30 minutos); 2. Informes gerais (tempo: 10 minutos).	
Conselheiros Presentes:	
Sr. Mauro de Souza Ramos (Titular Alphaville)	Prof. Luizinho – PT RO
Sr. Vinícius Barão Soares (Titular AERO)	Sr.ª Alcimária Ferreira – GGL
Sr. Marcos da Silva Lourenço (Titular AEA-SRO)	Sr.ª Monica Motta – Moradora Mar do Norte
Sr.ª Ana Paula N. Ferreira Salles (Titular Ass. Raízes)	Sr.ª Gabriela C. Marquez – NUPEM-UFRJ
Sr. Saulo J. Basílio da Costa (Suplente Ass. Raízes)	Sr.ª Ana Paula Gomes – SEMAP
Sr. Rogério Cardoso (Suplente CRECI)	Sr. Rivail A. F Gripp – SECTRAN
Sr. Gilberto Moreira dos Santos (Titular Paróquia)	Sr. Oscar Valli – NVC
Sr.ª Monique de Almeida Bezerra (Titular SINDSERV-RO)	Sr.ª Patricia Rabelo - ***
Sr. Frederico Muzy (Suplente EMATER)	Sr.ª Valdirene de Lima – Bióloga
Sr. Uilson Alves da Silva (Titular UFF)	Sr. Bruno B Oliveira morador
Sr. Nestor Prado Junior (Titular SEMAP – Presidente)	Sr. Jhones Poubel – Cidadão SOS Restinga
Sr.ª Mônica Linhares da Silva (Suplente SEMAP)	Sr. Alexandre Souza –Morador
Sr.ª Eliane Camacho de Moraes (Titular SEMEDE)	Sr. Pedro Paulo Carvalho – Mar Sem Lixo
Sr.ª Andréa Maria da Rocha Costa (Titular SEGEP)	Sr. Flávio Poggian – AGIR RO
Sr.ª Mª Cristina S. V. de Souza (Titular SEMUSA)	Sr.ª Alice Filippi Morendino – Mar Sem Lixo
Sr.ª Gliciane Alves da Silva (Suplente SAAE-RO)	Sr.ª Sara Marchon Mageski – UFF
	Sr. Pedro Panesi – Radio Novo Rio
	Sr.ª Magda Adenisia Rodrigues - ***
	Sr. Paulo Schleder – SOS Vida Rio das Ostras
	Sr. Hugo Secchin – SOS Restinga Costazul
	Sr. Rubens José Esposito – Morador
	Sr.ª Nelma Ferreira dos Santos – Conselheira Cultura
	Sr. Aline Marques – Diretora AERO
	Sr.ª Jurema Fortunato – Projeto NA ONDA
	Sr. Marcos Matos - DURO
	Sr.ª Isis de Azevedo Bezerra - ***
	Sr. Raphael Miranda Matos – Projeto NA ONDA
	Sr.ª Erica Abreu R. V. de Almeida – Projeto NA ONDA
	Sr.ª Nicole Almeida – Arquiteta
	Sr. Acauã Pimentel Martins - ***
	Sr.ª Paula Raissa de Oliveira Silva - ***
	Sr.ª Rayane Dames - ***
	Sr.ª Monique Abrantes – SEMAP
	Sr. Gilberto Menezes - ***
	Sr. Davi de Souza Perpetuo - ***
	Sr. Ezequiel Moraes – Eng. Florestal
	Sr. Alexandre - representante da Arley A.C. Filho LTDA
Justificaram a ausência:	
Sr.ª Gisela L. de Carvalho (Titular ICMBio)	
Sr. Gustavo Luna Peixoto (Suplente ICMBio)	
Convidados:	
Sr.ª Gabriela Dias – PSB RIO DAS OSTRAS	
Sr. Gabriel Bento – SEMAP	
Sr.ª Míriam Naomi S. Pizzato – Cidadã	
Sr. Daniel Malusa Zanuzzio – NGI Mico Leão Dourado	
Sr. Kevin Oliveira McManus – UFF	
Sr.ª Jheniffer Braga – UFF	
Sr.ª Zana Fusika – Moradora Mar do Norte	
Sr.ª Veronica A. Santos – SEMOP	
Sr. Jolnnye R. Abrahão – SEMAP/SUPGAM	
Sr. Flávio Ferreira da Silva – COMTUR	
Sr. Cláudia Barros Silva – PT	
Sr.ª Helena da Silva Guimarães – PC do B	
Sr.ª Alice Berbert – PSB RO	
Sr. Carlos Eduardo O. Gomes – PT RO	

1 Aos trinta dias do mês de agosto de 2023, no auditório Rovani de Souza Dantas, às 9h18min, Sr. Nestor
 2 Prado Junior iniciou a 5ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, cuja
 3 pauta era a apresentação da Proposta de Projeto de Parcelamento de Solo para fins urbanos no imóvel
 4 rural denominado “Fazenda Itapebussus” - Processo nº31.265/2023 – ARLEY A. CARVALHO E FILHO
 5 LTDA. foram apresentados os representantes do empreendedor os Senhores Alexandre e Ezequiel.
 6 Segundo Sr. Nestor a reunião foi solicitada pelo empreendedor, que pretende promover um projeto na
 7 Fazenda Itapebussus e sentiu a necessidade de discutir com a sociedade previamente. Sr. Alexandre
 8 afirmou que o grupo tem observado os movimentos da sociedade em defesa do meio ambiente, e antes de
 9 abrir um processo de consulta prévia, solicitou uma reunião para servir de termômetro junto a população,
 10 de forma respeitosa e dentro da legalidade. O projeto será pequeno e ainda não está pronto, eles
 11 gostariam de construir junto a população. Respeitando toda legislação vigente e de forma sustentável. Sr.
 12 Ezequiel iniciou apresentação informando que o empreendedor solicitou informações sobre supressão de
 13 acordo com o art. 31 da Lei da Mata Atlântica; áreas de doação e compensação ambiental decorrentes da
 14 supressão. Fez requerimento junto ao Inea a respeito da existência de cursos hídricos na área, cuja
 15 resposta foi negativa, então não há APP para cursos hídricos no local. Quanto a vegetação restinga é



16 considerada como APP se for fixadora de dunas, e não é o caso na área. O Plano Diretor Municipal (Lei
17 Complementar nº004/2006) a região é enquadrada como Zona de Expansão Urbana. Pelo Zoneamento
18 Geofísico (Lei Complementar nº027/2011) a área em questão está compreendida na Zona de Comércio e
19 Serviços (ZCS1), por se localizar às margens da Rodovia Amaral Peixoto. Foi realizado um levantamento
20 florístico e estudo fitossociológico para verificar o Diâmetro a Altura do Peito (DAP) e a altura da
21 vegetação. A amostragem realizada teve como DAP Médio igual a 10,7 cm e Altura média de 5,9 m.
22 Segundo a Resolução CONAMA nº417/2009, que dispõe sobre parâmetros básicos para definição de
23 vegetação primária e dos estágios seccionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica,
24 a vegetação em questão está na transição da floresta de restinga pra floresta ombrófila densa, e
25 caracterizada em estágio médio de regeneração por possuir árvores com até 10 m de altura, com DAP
26 médio de até 15 cm. Percentual permitido de supressão, segundo a Lei da Mata Atlântica para estágio
27 médio de regeneração é de 70 % da área total coberta por esta vegetação. Considerando que o futuro
28 empreendimento possui um remanescente florestal de 28,8 hectares, a área que se pretende suprimir é de
29 8,5 hectares, resultando em 20,03 hectares de remanescente florestal. O percentual de supressão de
30 vegetação será de 29,5%, abaixo do previsto na legislação. Abaixo números do empreendimento:

Área total do projeto	430.284 m ²
Perímetro	4.872,09 m
Loteamento Residencial	253.622 m ²
Loteamento Comercial	176.662 m ²
Supressão de vegetação	8.577 m ²

31 Na sequência foram abertas inscrições para que os presentes fizessem perguntas sobre aos
32 representantes do empreendedor. Sr. Daniel falou da importância da ligação deste fragmento com a ARIE
33 de Itapebussus, e perguntou se estão previstas passagem de fauna. Sr. Alexandre informou que esse foi
34 primeiro local escolhido para empreender, visando conter as tentativas de ocupação irregular. É
35 necessário reformar as cercas com muita frequência. Rondas diárias para combater invasões. Acreditam
36 que a instalação de uma empresa na frente poderá colaborar no controle. Os Senhores Jhones e Monique
37 sugeriram a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), a fim de proteger a área em
38 questão. Sr. Alexandre afirmou que os lotes confrontantes com a rodovia, estes devem variar de 5 a 10 mil
39 m². Sr. Lourenço questionou se estava sendo levado em consideração a faixa de domínio do gasoduto, e o
40 que está previsto na Zona de Amortecimento da ARIE de Itapebussus, se é possível esse tipo de
41 empreendimento, sugeriu ainda que o requerente busque utilizar soluções baseadas na natureza para
42 preservar o meio ambiente. Solicitou identificar onde está o corredor ecológico previsto no Plano Diretor.
43 Disse ainda, que aguarda receber materiais para colaborar mais. Sr. Kevin perguntou se os 8,5 hectares
44 se referem aos 29% da área total. Pois se considerar a área atualmente desmatada seria 68% da área. Sr.
45 Ezequiel que foi estabelecido julho de 2008, como marco temporal do Código Florestal, se não havia
46 floresta, não há como ser considerada. Prof. Luizinho solicitou que durante o processo sejam realizadas
47 reuniões; estavam no início do empreendimento e pelo número de pessoas presentes, interessadas na
48 questão ambiental municipal. A Sociedade quer agregar valor e sustentabilidade a esses projetos. A
49 cidade possui problemas com moradia, novos loteamentos não podem ser abertos sem a infraestrutura,
50 plano de habitação é necessário para oferecer a população moradias dignas. O crescimento desenfreado
51 deve ser contido com políticas públicas, que devem durar décadas. Apontar na lei de zoneamento mais
52 áreas verdes. Sr. Gilberto Menezes disse que o empreendedor deve se preocupar com a formação de
53 "ilhas", deve-se implementar corredores ecológicos. Reconhece o esforço do empreendedor, a ocupação
54 ordenada é muito bem-vinda, afinal o Estado não tem capacidade de fiscalização, a sugestão de pensar
55 na criação de uma RPPN para toda a fazenda e deixar um legado para cidade seria um ótimo artifício. A
56 Sr.^a Nicole solicitou confirmar a área do empreendimento, se era de 65 hectares e 20 hectares a serem
57 preservados. Reforçou a importância de assumir esse compromisso perante a sociedade, o corredor para
58 ligar a vegetação, garantir passagem para fauna e para população, e a proposta de RPPN é muito
59 interessante. Com relação a drenagem, essa deve ser resolvida e mitigada dentro do projeto de
60 licenciamento com medidas sustentáveis. Perguntou se já existia algum projeto futuro a ser implantado na
61 fazenda, no lado onde está a UC. Sr. Alexandre informou que a área do projeto é de 43 hectares, os 20
62 hectares não fazem parte do empreendimento. No outro lado da fazenda não são permitidas construções.
63 Ainda não há intenção de fazer nada na região. Sr. Nestor esclareceu a plenária que por ocasião do
64 licenciamento da duplicação da RJ106, e consulta ao órgão competente, não houve a possibilidade de
65 indicar a instalação de passagem subterrânea para fauna por conta dos dutos que margeiam a rodovia
66 (faixa de domínio), para possibilitar a conectividade dos fragmentos terá que ser uma passagem aérea.
67 Explicou ainda que, todo novo empreendimento tem que apresentar a DPA (Declaração de Possibilidade
68 de Abastecimento de Água) e a DPE (Declaração de Possibilidade de Esgotamento Sanitário), a



69 concessionária faz emissão da declaração de viabilidade de rede e condições para abastecimento de água
70 e coleta de esgoto para empreendimentos em categoria residencial e/ou comercial, bem como indústrias.
71 Caso contrário, o empreendimento terá que resolver essas questões para ter sua licença emitida. O
72 representante do empreendedor afirmou que se os estudos apontarem a necessidade de se realizar a
73 passagem de fauna, essa será feita. Sr. Uilson acredita que o projeto está na fase de ideias, muito
74 incipiente ainda. Existem limitadores como a política de saneamento, nesse momento para a logística a
75 ser implementada num empreendimento deste porte. Muito importante a resposta do executivo sobre a
76 atualização do Plano Diretor. Seria muito importante se os poderes executivo e legislativo garantissem o
77 esgotamento sanitário para essa região. Em razão do histórico de como estamos conduzindo a cidade,
78 que seja respeitada a qualidade de vida, encerrou afirmando que aguardará maiores detalhes para
79 manifestar sua opinião. Sr. Saulo ponderou que o saneamento básico é um problema na cidade e não era
80 contra o empreendimento. Mas não há como pensar em novos empreendimentos sem rever o Plano
81 Diretor. Até porque há um declínio no aporte dos royalties, e essa verba deve ser aplicada prioritariamente
82 em saneamento. Sr. Hugo agradeceu a iniciativa inédita do empreendedor. Disse que Rio das Ostras tem
83 problemas como saneamento, segurança, etc. Afirmou ter preocupação com a proximidade com UC. No
84 seu entendimento o documento do resort Nova Búzios é muito precário, houve muita dificuldade para ter
85 acesso aos documentos, e infelizmente esse empreendimento não passou pelo Conselho. Considerando
86 que o empreendedor é proprietário das terras do outro lado da pista, o participante gostaria de saber quais
87 são as intenções para o restante da Fazenda Itapebussus. Sr.^a Edna moradora de Mar do Norte, gostaria
88 de fazer uma sugestão de se fazer um parque nos 20 hectares de mata, para preservar o local, a exemplo
89 de Curitiba, abrindo a área para população, formando uma área verde e de lazer. Sr.^a Monique destacou
90 que pelo Código Florestal 20% da área da propriedade deve ser reserva legal, perguntou se os 20 ha
91 faziam parte da reserva legal. Segundo Sr. Ezequiel essa área não faz parte da reserva legal. Pela
92 legislação municipal, uma área ao ser parcelada, 10% é doado ao município como área institucional e 6%
93 como área verde. O licenciamento ambiental também vai determinar a compensação ambiental. A
94 Arquiteta Rayane ponderou que havia pouca informação da parte urbanística, é muito importante que se
95 crie um bairro com densidade, que se almeje um bairro misto e denso para não limitar o convívio. Lotes
96 muito grandes limitam a ocupação, é importante oferecer unidades acessíveis ao público. Sr.^a Jherniffer
97 observou que sempre o loteamento Âncora é marginalizado, um dos locais mais populosos da cidade e
98 lida com problemas de segurança, enchentes, etc. Não há como se pensar em sustentabilidade, sem
99 pensar na sustentabilidade social, o empreendedor tem que levar em consideração seu entorno. Sr.
100 Edmilson reforçou que é altamente necessário a instalação de passagens de fauna na região. Sr.^a
101 Carolina Caldas representante da SEMOP informou que a legislação não permite a instalação de sistema
102 fossa-filtro-sumidouro, e por lei também é responsabilidade do empreendedor a instalação da rede de
103 drenagem, arborização, etc. Por ocasião do licenciamento da obra são estipuladas várias condicionantes
104 para serem atendidas, além do licenciamento ambiental. Sr.^a Magda afirmou que o investimento no
105 saneamento no município foi efetuado de forma errada, nem 50% da cidade é atendido, apesar de toda
106 batalha da sociedade civil, não houve o devido cuidado dos gestores. O Vereador Braga afirmou que a
107 Câmara Municipal não é omissa, através da intervenção da Comissão Temática de Educação, Esporte e
108 Meio Ambiente junto ao Ministério Público Federal foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta
109 (TAC) para orla de Costazul. E o Resort Nova Búzios não está encerrado. Solicitou colaboração dos
110 presentes, pois não tem o conhecimento técnico. Afirmou que não abraçará nada que não for legal e
111 oferecer o espaço da Câmara para novas reuniões, pois possui um espaço mais amplo. Sr. Rafael
112 representante do Projeto Na Onda perguntou se empreendedor tem conhecimento dos 17 ODS (Objetivos
113 de Desenvolvimento Sustentável), pois seria importante viabilizar a implantação deles junto aos
114 empreendimentos, escolas, etc. Aproveitou a oportunidade para se colocar a disposição para contribuir e
115 somar forças nesse sentido. Sr.^a Nelma parabenizou o empreendedor, disse que deveriam receber um
116 prêmio da mata Atlântica, se acatarem as sugestões propostas naquela reunião, ressaltou ainda a
117 importância de se criar um curso de educação ambiental junto as comunidades. Encerrou sua fala
118 informando que foi criada uma frente para tratar as questões ambientais municipais. Sr. Nestor destacou
119 que novos projetos deverem ter um viés ambiental, social, atender aos 17 ODS, além dos levantamentos
120 de fauna, flora, etc. A SEMAP vai aguardar o empreendedor materialização do projeto para apresentar ao
121 Conselho. Informou ainda que, com relação ao empreendimento Nova Búzios, o IPHAN autorizou a
122 implantação do empreendimento. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de
123 todos e dispensou os presentes às 12 h e 13 min. E eu, Mônica Linhares da Silva, lavrei a presente, que
124 será assinada pelo Senhor Presidente e Conselheiros presentes.

125
126
127
128

Nestor Prado Junior
Presidente do Conselho Municipal de
Meio Ambiente de Rio das Ostras